

MOBILIDADE Randerson Leal (Podemos) convoca colegas à aprovação de projeto antes do recesso

Vereadores buscam unanimidade para derrubar taxa do ‘Kiss & Fly’

EDUARDO DIAS E REDAÇÃO

O vereador Randerson Leal (Podemos) subiu ontem à tribuna da Câmara Municipal de Salvador (CMS) para convocar os colegas a aprovarem por unanimidade, na sessão do dia 17 de junho, o projeto que proíbe a cobrança do sistema Kiss & Fly no Aeroporto Internacional de Salvador. A data não é escolhida ao acaso: será a última sessão ordinária do primeiro semestre legislativo, e a bancada quer encerrar o período com o tema resolvido.

O apelo de Leal traduz o estado de espírito da Casa. A sessão desta terça foi dominada pelo debate em torno do Projeto de Lei nº 108/2026, de autoria do presidente da CMS, vereador Carlos Muniz (PSDB), que proíbe qualquer cobrança de tarifa nas áreas de embarque e desembarque do aeroporto e veda a instalação de cancelas de bloqueio e a taxa de R\$18 estabelecida pela concessionária Vinci Airports.

A proposta tramita em conjunto com o PL nº 100/2026, do vereador Daniel Alves (PSDB), de conteúdo semelhante, o que reforça a base jurídica da iniciativa e amplia sua blindagem contra eventuais contestações.

O caminho até aqui passou por uma tentativa de acordo que não prosperou. Na semana passada, a Vinci Airports buscou construir um entendimento com o Legislativo para evitar a votação, apresentando como contraproposta a ampliação do tempo de tolerância de 10 para 15 minutos e a isenção de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomo-



Antônio Queirós (CMS) / Divulgação

Câmara de Salvador voltou a se debruçar sobre questão que tem dominado o Legislativo nas últimas semanas

ção. Para Muniz, a oferta não alterava a essência do problema: a cobrança de R\$ 18 permanecia. A reunião teve participação restrita de parlamentares — lida por ve-

Cobrança tem mantido oposição e base governista em rara proximidade

readores como sinal explícito do descontentamento da Casa com a postura da empresa.

A convergência entre situação e oposição em torno da matéria é um dado político que merece registro: raramente a CMS apresenta alinhamento tão amplo sobre um único tema. O movimento indica tanto a dimensão do impacto que o modelo de cobrança gerou na cidade quanto a avaliação dos parlamentares de que o custo político de não agir seria alto. Há, porém, pelo menos uma voz dissonante: o vereador Luiz Carlos (Repu-

blicanos) manifestou posição favorável à concessionária, argumentando que o sistema pode trazer ordenamento, comodidade e segurança ao local — posição que, até agora, não encontrou eco entre os colegas.

A insatisfação que move a maioria é transversal. Motoristas de aplicativo e taxistas viram na cobrança um custo operacional imposto sem negociação. Familiares de passageiros reclamam do ônus para uma operação antes gratuita. O setor de turismo alerta para o efeito negativo sobre a imagem de Salvador como destino.

Se aprovado no dia 17, o texto precisará ainda enfrentar eventuais questionamentos jurídicos sobre a competência do município para legislar sobre infraestrutura aeroportuária federal, tema que envolve atribuições da União e da própria Anac.

Mas o recado político da CMS, nesta terça, foi dado com clareza e em uníssono: há maioria formada, há data marcada, e a disposição de encerrar o semestre com uma derrota simbólica para a concessionária é, por ora, o consenso mais robusto que a Casa produziu em meses.

PARCERIA

TCE e Irdeb levam contas públicas à TV e rádio estaduais

DA REDAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb) firmaram ontem acordo de cooperação técnica para produzir e veicular conteúdo semanal sobre o acompanhamento das contas públicas estaduais. A parceria garante espaço regular nos canais TVE, Rádio Educadora FM e TV Educa Bahia — estrutura de radiodifusão pública com alcance em municípios de todo o Estado.

O acordo foi assinado pelo presidente do TCE, conselheiro Gildásio Penedo Filho, e pelo diretor-geral do Irdeb, Flávio Gonçalves, no gabinete da presidência da Corte de Contas.

Para Gonçalves, a iniciativa cumpre uma obrigação democrática dos veículos públicos. "O cidadão baiano tem o direito de saber como funciona o acompanhamento das contas públicas, pois é o dinheiro do cidadão que está sendo fiscalizado pelo Tribunal. Vamos levar informações para que as pessoas possam acompanhar semanalmente o que acontece aqui", afirmou o dirigente.

O material a ser distribuído ao Irdeb será produzido na nova Sala de Mídias do TCE, inaugurada no mesmo dia logo após a assinatura do acordo. O espaço foi equipado com estrutura técnica para podcasts, entrevistas e gravações institucionais, e será operado pela Assessoria de Comunicação da Corte. Para o conselheiro Gildásio Penedo Filho, a cooperação representa avanço nas ações de transparência ativa do Tribunal junto à sociedade baiana.

DIÁLOGO

Jerônimo vê PGP forte na capital

CÁSSIO MOREIRA E EDUARDO DIAS

O governador e pré-candidato à reeleição, Jerônimo Rodrigues (PT), classificou como um início "muito potente" a estreia das plenárias do Programa de Governo Participativo (PGP) em Salvador, realizada ontem, no Subúrbio Ferroviário. O encontro reuniu lideranças comunitárias, movimentos sociais, parlamentares e militantes para discutir propostas que devem compor o plano de governo da chapa governista para as eleições de outubro.

"Essa é a primeira edição do PGP em Salvador e começou muito potente. A comunidade chegou trazendo suas expectativas e propos-



Uendel Galter / Ag. A TARDE

Jerônimo discursa para multidão no PGP de Salvador

tas para construir o programa de governo", afirmou Jerônimo.

O governador destacou a presença de moradores e li-

deranças locais e afirmou esperar que os debates iniciados nas plenárias resultem em contribuições concretas para a elaboração do

documento que norteará a campanha.

"Espero que, a partir de hoje, cada grupo construa suas propostas para que possamos incorporá-las ao programa de governo", declarou.

Durante o evento, Jerônimo também associou a metodologia participativa às entregas realizadas. Segundo ele, investimentos em escolas, obras de contenção de encostas, drenagem e o projeto do VLT do Subúrbio tiveram origem em demandas apresentadas pela população em processos anteriores.

Para o governador, o histórico de obras executadas amplia a confiança da população na participação direta na definição das prioridades do governo.

TENSÃO

Ministro questiona papel de Wagner no Congresso

DA REDAÇÃO

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, levou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva reclamações diretas sobre a atuação do senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado. Segundo relatos de aliados à CNN Brasil, o estopim foi a derrota da indicação do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, a uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

O Senado rejeitou Messias em votação que marcou a primeira recusa a um indicado ao STF em 132 anos de história da Corte — um constrangimento histórico para o governo Lula e um sinal de que a base governista operou sem coordenação suficiente no momento decisivo.

A insatisfação de Guimarães se estende, em menor grau, ao líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP). Na avaliação transmitida por interlocutores da SRI, os dois parlamentares estariam dispersos sobre a agenda federal e excessivamente voltados para as disputas eleitorais em seus respectivos estados — Wagner na Bahia, Randolfe no Amapá. O diagnóstico é de que a articulação governista perdeu foco num

momento em que o Senado concentra votações de alta sensibilidade política para o Planalto.

Pautas pendentes

A divergência expõe uma tensão entre a lógica eleitoral dos líderes partidários e as demandas imediatas do governo federal. A avaliação na SRI é direta: a articulação do governo precisa concentrar esforços nas pautas ainda pendentes, sem dispersão.

A maior batalha imediata é viabilizar a PEC que extingue a escala de trabalho 6x1, projeto que mobiliza amplo apoio popular entre trabalhadores. A proposta ainda não recebeu sinalização clara do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), sobre quando será colocada em votação — e essa indefinição é parte do problema que a SRI quer resolver.

Derrota de Messias no STF colocou em xeque a articulação no Senado

RODRIGO TARDIO

O senador e pré-candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), cumpriu agenda ontem, na Bahia Farm Show, em Luís Eduardo Magalhães, no oeste baiano, em sua primeira visita ao estado desde o anúncio da candidatura ao Palácio do Planalto. O par-

lamentar foi recebido pelo prefeito Junior Marabá (PP), pela pré-candidata a deputada estadual Cinthya Marabá e pelo ex-ministro da Cidadania João Roma (PL), em uma agenda que reforça a articulação do campo bolsonarista para as eleições de 2026 em um dos principais polos do agronegócio do país.

Durante a visita à principal feira agropecuária da Bahia, o filho de Bolsonaro circulou pelo evento e cumprimentou apoiadores. A agenda integra o movimento de fortalecimento de sua pré-campanha em estados considerados estratégicos para a disputa presidencial.

A presença do senador re-

mete à passagem de Jair Bolsonaro pela Bahia Farm Show em 2022, quando o então presidente participou do evento. A lembrança foi evocada por Cinthya Marabá ao projetar o cenário eleitoral.

"Em 2022 recebemos o presidente Bolsonaro e hoje recebemos o próximo presidente do Brasil, Flávio Bolsonaro", afirmou.